

FHC

RUBEM AZEVEDO LIMA

- 5 FEV 1995

CORREIO BRAZILIENSE

As queixas do presidente

Anunciara-se que o presidente Fernando Henrique Cardoso faria um balanço das atividades governamentais, pelo decurso do primeiro mês de seu governo. Mas não foi exatamente o que o presidente fez. Ele preferiu, antes, queixar-se dos catastrofistas e dos demagogos, transferindo para terceiros, até com certa procedência, as responsabilidades por alguns desacertos que marcaram os últimos 30 dias.

Pouca gente põe em dúvida a boa-fé com que o presidente FHC toma decisões. Ele, no entanto, parece não acreditar muito na sinceridade das críticas, cobranças e iniciativas dos adversários, atribuindo a todas a marca da demagogia e da torcida pelo fracasso do governo. Diga-se, de passagem, que o pior poderia acontecer aos brasileiros — seus correligionários ou não — seria mais um fracasso governamental, que implicaria o do próprio Brasil.

Ao adotar a estratégia do ataque, no pronunciamento que fez ao país, em cadeia nacional de rádio e televisão, FHC pôs, contudo, o Congresso no banco dos réus. Afinal, foram os congressistas da legislatura anterior — quase a metade reeleita — que aprovaram a anistia para os abusos cometidos por alguns deles nas eleições. Foi esse mesmo Congresso que elevou o salário-mínimo para os trabalhadores e aumentou o subsídio dos parlamentares, dos ministros, presidente da República e vice-presidente.

Em sua fala aos brasileiros, porém, o presidente escolheu os temas que devia esquecer, todos relacionados com os erros imperdoáveis de seus ministros. Faltou, portanto; sob tal aspecto, um mínimo de imparcialidade por parte do chefe do governo, a fim de zerar, de lado a lado, o balanço dos desacertos do Executivo e do Legislativo.

De qualquer forma, descontada esta lacuna, que pode ter sido casual, FHC soube administrar o tom de suas queixas, para não agravá-las. O efeito político da posição inconfortável em que ele deixou o Congresso, como instituição, aparecerá somente na reabertura dos trabalhos legislativos. Na ocasião, ele estará submetendo ao exame dos legisladores suas propostas de revisão constitucional. O problema de um erro de avaliação política, localizado na ação de um governante — conforme afirmava um velho parlamentar acaiano —, é que as consequências vêm sempre depois. Até lá, pode ser, porém, que o teor das declarações do presidente seja esquecido ou que os congressistas retornem à Brasília dispostos a fazer de conta que não o percebera. Mas o presidente FHC, em suas próximas falas, deve abordar os próprios erros e os de seus ministros, para não parecer que tem — e ele já disse que não tem — a presunção de ser infalível. Ninguém ignora que FHC, por sua formação democrática e vítima de ditaduras, também não considera o erro como direito divino de quem governa.